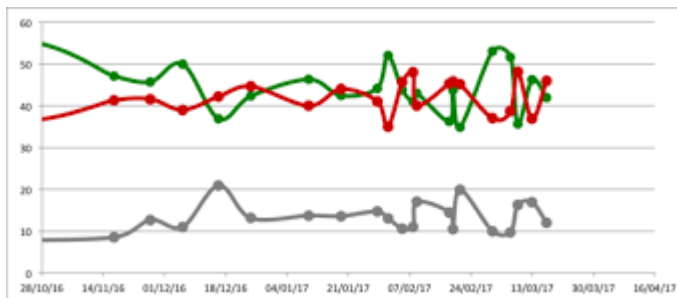


2017/03/25

O referendo na Turquia – 16 abril

Alexandre Reis Rodrigues

Nas últimas duas sondagens conhecidas sobre o referendo turco à reforma constitucional do Presidente Erdogan, o “sim” ganha numa por 2% (52%) e perde na outra por 1%.¹ O desfecho está muito mais incerto do que deixava prever a votação no Parlamento, em que 339 deputados, do total de 550, votaram a favor (bastavam 330).²



Que esta incerteza não se mostre alinhada com as expectativas otimistas de Erdogan não é de estranhar. Faz parte do seu jogo político mostrar-se seguro de que vai ganhar e, dessa forma, permanecer no poder até 2029,³ dirigindo o nascimento de «uma Turquia diferente». Mas é precisamente este ponto que pode estar a tornar incerto o desfecho do referendo. A população interroga-se sobre onde residirá a diferença. Apenas na forma de governo, que transitará de um regime parlamentar para um regime presidencialista? Ou também na adoção de um regime autoritário, com a concentração do poder numa única pessoa?

Há razões para recear que se possa tratar da segunda hipótese. Isto é, a continuação do abandono dos princípios democráticos de um estado de direito, pluralista e com um sistema eficaz de separação e de controlo do equilíbrio entre os vários poderes. É um processo que, de certo modo, se encontra em curso, como mostra, por exemplo, o facto de o percurso parlamentar da aceitação do referendo se ter desenvolvido sob supervisão do interessado, através de conselheiros pessoais, com pouco debate e quase nenhum diálogo público. Quem poderia promover o debate, avançando ideias contrárias, ou chamando a atenção para os perigos de alguns aspetos da solução proposta, foi posto numa situação de pouco ou nada poder fazer.⁴ É o caso dos jornalistas que estão presos (81, presentemente) e dos que se mostram receosos sobre o seu futuro, bem como todos os outros que foram objeto de purgas, no sistema judicial, no ensino e nas forças armadas.⁵

No entanto, Erdogan, sabe, muito bem, que afinal pode não estar tão seguro de sucesso como tenta mostrar. Não pode dispensar os votos dos dois milhões e duzentos mil turcos que vivem no estrangeiro (1,4 milhões na Alemanha, quase 250.000 na Holanda). E, como não conseguiu o apoio dos respetivos países para

¹ "Will presidential referendum kill Turkey's democracy", by Ali Bayamoglu, an academic and political commentator in Turkey.

² O gráfico que serve de imagem de abertura, mostra a verde a tendência do "sim", a vermelho o "não" e a cinzento os indecisos. Malgrado o "não" tenha começado com alguma vantagem, pouco depois a sua posição começou a alternar com a do "sim".

³ Terá mais dois mandatos como Presidente, a somar aos 15 anos de poder que já tem. Poderá assim presidir às comemorações do 1º centenário da atual República Turca, em 2023.

⁴ Um exemplo apontado por Ali Bayamoglu no artigo citado na nota 1. é o de Demirtas, um carismático orador que permanece preso.

⁵ São estes os dados referidos: 3228 procuradores (incluindo 518 juizes) afastados ou recolocados; 88.000 professores, policias, jornalistas, etc.; 3.000 oficiais afastados do serviço, etc.

fazer campanha pelo sim, endureceu a sua posição, com uma política de hostilização contra os respetivos governos, de onde espera retirar dividendos internos. De que forma? Incentivando os sentimentos nacionalistas da população turca. Sobretudo, promovendo a ideia de que, para a Europa, está apenas a mostrar que o inimigo não é ele próprio e as suas ideias, mas sim os turcos e o islão.

Parece distante o tempo em que a Turquia, sob uma maioria do AKP – o partido do Presidente - aderiu, em 2002, ao conceito da democracia liberal e visava a integração na União Europeia. Hoje, no entanto, é pertinente perguntar se seria essa a verdadeira finalidade ou apenas uma forma de obter uma melhor relação económica e, paralelamente, sobreviver à pressão da instituição militar⁶ e do sistema judicial, os guardiões da visão secularista. O primeiro objetivo manter-se-á, mas o segundo perdeu importância, na medida em que as referidas instituições, depois das purgas que o falhado golpe militar de julho de 2016 deu pretexto, estarão sob seu controlo. Estas novas circunstâncias permitir-lhe-ão sentir-se, finalmente, confortável para avançar para o que alguém designa por uma versão muçulmana da Rússia de Putin.⁷ Receia-se que uma declaração que Erdogan fez em 1999⁸, continue a fazer parte da matriz do seu pensamento político:

«Democracy is like a bus; when you arrive at your destination, you step off»

Poderá Erdogan voltar-se de novo para a Europa, uma vez atingidos os seus objetivos políticos pessoais? Não parece provável. O Presidente abriu, hoje mesmo, a possibilidade de organizar um referendo à continuação das conversações com a União Europeia para acesso da Turquia. Poderá a Europa facilitar o acesso, no caso pouco plausível de Ancara manter a intenção de adesão? Vai ser difícil, porque a Turquia está em franco afastamento do que a Europa considera valores inalienáveis. No entanto, espera-se que a necessidade mútua de manter algum relacionamento estratégico ditará a necessidade de não comprometer a manutenção de alguns laços.

Por um lado, a Europa precisa da Turquia como parceiro incontornável da gestão da segurança na sua periferia. Por outro, a Turquia não tem no seu horizonte qualquer parceiro que possa ocupar o eventual vazio pelo afastamento europeu, principalmente em termos comerciais e de crescimento económico. Ambas as partes ver-se-ão constrangidas a pôr de lado tudo o que possa comprometer o que é essencial no relacionamento. É a política que os EUA seguem, centrando-se quase exclusivamente em preservar as condições que lhes permitem manter acesso às facilidades de bases militares, especialmente a de Incirlik, essencial para o combate ao ISIS.⁹

Se acontecer o inesperado – a vitória do não - na linha do que tem acontecido com a realização recente de referendos (Brexit, Paz na Colômbia com as FARC, etc.), tudo dependerá da forma como Erdogan reagirá a esse enorme contratempo ao seu projeto político. O mais provável é que sejam atribuídas culpas externas. Ao movimento de Gullen, à Europa e aos EUA. Haverá, seguramente, um impacto negativo, no relacionamento internacional. Se será maior ou menor do que no caso do referendo gerar um sim não é possível prever.

⁶ Não é evidente que as Forças Armadas estejam conformadas com a postura adotada pelo seu chefe militar, o general Hulusi Akar, o Chefe do Estado Maior General. Consta que tem havido movimentações de descontentamento com o seu seguidismo pessoal do Presidente, a sua política de proximidade em relação aos EUA e, talvez mais importante que tudo, com a autorização para as mulheres militares usarem véu com os seus uniformes, institucionalizando a introdução de um dos símbolos islâmicos no seio dos militares, tradicionalmente os que deviam garantir o secularismo da República.

⁷ "How conflict with the west empowers Erdogan", by Mustafa Akiol, 14 March 2017.

⁸ "Erdogan: the sultan of an illusionary ottoman empire", by Dr. Alon ben-Meir, in Global Research.

⁹ "Turkey and the United States groping to accommodation", by George Friedman, in "The Huffington Post", 21 February 2017.